



O USO DO TERMO “RACISMO CLIMÁTICO” NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ECOLOGIA DECOLONIAL E DA CONTRACOLONIALIDADE

Raffaela Cássia de Sousa – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo investigar se as pesquisas nacionais têm adotado a nomenclatura “racismo climático” para discutir a relação entre a discriminação racial e a emergência do clima. A utilização do termo se revela mais específica para enfrentar o preconceito e a discriminação étnico-racial que acompanham as mudanças climáticas, tendo em vista que a expressão “justiça climática” é muito ampla e abrange diferentes marcadores. Para atingir o objetivo proposto, utiliza-se a abordagem qualitativa, adotando-se, como metodologia, a pesquisa do termo “racismo climático” nas plataformas Google Acadêmico e Repositório Institucional da UnB. Como referenciais de estudo, utiliza-se a ecologia decolonial de Malcom Ferdinand e a contracolonialidade de Antônio Bispo dos Santos. Ao final, o estudo constata que as produções acadêmicas nacionais ainda fazem uso limitado do termo “racismo climático”, o que evidencia a necessidade de novas análises sobre o tema.

Palavras-chave: Racismo climático; Justiça climática; Mudanças climáticas.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa criticamente os atravessamentos de gênero em contextos de internação psiquiátrica, com foco nas implicações dessa medida na trajetória de Samy Habach, mulher transexual internada compulsoriamente. A partir de uma abordagem interseccional, histórica e crítica, busca-se compreender como discursos jurídicos, médicos e sociais legitimam a institucionalização forçada e produzem violências de gênero.

O objetivo central é compreender de que modo essas violências se manifestam no processo judicial de internação e se prolongam durante e após a medida. Especificamente, analisa-se o caso de Samy, destacando as dimensões de gênero nas fundamentações jurídicas e em sua experiência concreta.



A pesquisa tem Nos últimos anos, com o aumento dos eventos climáticos extremos e as discussões sobre o clima, começou-se a falar de racismo climático. A novidade não está no significado da expressão, mas no uso do termo relacionado às transformações do clima.

A justiça climática, como movimento vindo da justiça ambiental, traz os direitos humanos para dentro das discussões sobre o clima. A partir dela, diversas perspectivas com foco na equidade, justiça social e não discriminação são agregadas aos estudos e políticas sobre as mudanças climáticas (Lima, 2021).

Como a justiça climática alcança diversos temas, ela se tornou um conceito bastante abrangente que, embora importante, não especifica diretamente a qual demanda social se relaciona. Nesse sentido, o termo “racismo climático” expressa uma das dimensões da busca por justiça climática, com ênfase na discriminação étnico-racial.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar se as pesquisas nacionais têm usado a expressão “racismo climático” para discutir como as questões raciais impactam os grupos vulneráveis. Para isso, utiliza-se a abordagem qualitativa, com a investigação do uso desse termo nas pesquisas nacionais.

Este trabalho se justifica porque, segundo dados do IBGE (2022), a maior parte da população brasileira se declara preta ou parda, sendo importante avaliar se o racismo climático está sendo investigado de forma específica e com o uso desse termo nas pesquisas nacionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) (2023) mostra que as tendências de vulnerabilidade ao aquecimento do planeta acompanham a desigualdade e a marginalização ligadas ao gênero, etnia, baixa renda, deficiências, idade e padrões históricos de desigualdade, como o colonialismo, especialmente sobre povos indígenas e comunidades locais.



Desse modo, o estudo sobre as mudanças climáticas sob uma perspectiva exclusivamente técnica, dissociada da observação das desigualdades presentes na sociedade, não é capaz de resolver as transformações pelas quais vêm passando o sistema climático. Por isso, as respostas à emergência do clima devem ser acompanhadas da análise das desigualdades e discriminações que impactam a forma como os grupos vulneráveis sofrem as consequências do aquecimento do planeta.

A análise das mudanças climáticas sob a perspectiva da equidade e da justiça social é conhecida como justiça climática. Esse movimento, derivado da justiça ambiental, busca enfrentar o aquecimento global articulando a luta por melhores condições de vida e pela superação das discriminações.

A expressão “justiça climática” surgiu pela primeira vez em 1999 no documento intitulado *Greenhouse Gangster vs. Climate Justice*, que denunciava a indústria do petróleo como principal poluente de gases do efeito estufa (Lima, 2022). Ao longo do tempo, novas perspectivas foram agregadas à justiça climática, de modo que ela se tornou um conceito abrangente, incluindo desde temas sobre discriminação de gênero, étnico-racial, condições socioeconômicas e até mesmo a responsabilidade daqueles que mais poluem.

Sobre a relação entre a discriminação étnico-racial e as mudanças do clima, o autor martinicano Malcom Ferdinand (2022) critica a fratura colonial provocada pela separação entre as lutas ecológicas e anticoloniais. Para ele, não é possível discutir a crise climática e ambiental sem reconhecer a exploração e a hierarquização do mundo provocadas pelo colonialismo, cujas consequências são sentidas até hoje.

Para superar a fratura colonial, Malcom Ferdinand (2022) sugere uma abordagem decolonial da ecologia que reúna as lutas por justiça social e racial. Desse modo, para falar de mudanças do clima, não há como separar o estudo da discriminação étnico-racial, sobretudo contra as populações negras e os povos indígenas.

Antônio Bispo dos Santos (2023) dizia que adestrar e colonizar são as mesmas coisas, porque nos dois casos há quem domina e quem é dominado. O adestrador e o colonizador desterritorializam o sujeito, retirando a sua identidade.



Distanciando o sujeito do seu local de conhecimento, o colonizador impõe ao ser novos modos de vida e o nomeia. A denominação é o poder de nominar, de dominar. Desse modo, quem nomeia tem o poder sobre o outro e pode enfraquecer as narrativas do grupo. Por isso, Antônio Bispo dos Santos (2023) fala em guerra de denominações, criando palavras e significados para enfraquecer o colonialismo, em um movimento contracolonial.

Frantz Fanon (2020) também fala do poder da linguagem como forma de subjugar os povos colonizados, que se veem por ela confrontados por um sentimento de inferioridade. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020), o autor apresenta a linguagem como um instrumento de dominação do colonizador sobre o colonizado, que é assimilado pela cultura do branco e perde a sua originalidade para se tornar mais parecido com o colonizador.

Tanto Frantz Fanon (2020) quanto Antônio Bispo (2023) apresentam a linguagem como forma de poder do colonizador sobre o colonizado. Em Bispo (2023), esse poder se expressa na capacidade de nomear e, em Frantz Fanon (2020), no apagamento da cultura do colonizado.

Transpondo as percepções dos autores para a análise das mudanças climáticas e a discriminação étnico-racial, tem-se que nomear essa inter-relação como racismo climático é também um ato de poder ou de contracolônizar, à medida que expõe o modo pelo qual a colonialidade permanece hoje sobre os corpos negros e indígenas. Por isso, a importância de, além de falar da justiça climática, nomear o racismo climático, como forma de tentar corrigir a fratura colonial apresentada por Malcom Ferdinand (2022).

3. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental.

Para atingir o objetivo proposto, o levantamento de dados foi realizado no dia 10 de outubro de 2025, a partir de consulta às bases Google Acadêmico (<https://scholar.google.com/?hl=pt-BR>) e Repositório Institucional da UnB (<https://repositorio.unb.br/>), para identificar produções científicas brasileiras que



mençiem o termo “racismo climático”. No Google Acadêmico, foram pesquisadas apenas páginas em português e desmarcado o ícone de incluir citação. No Repositório Institucional da UnB, a pesquisa foi feita na página inicial com a inclusão de todo o repositório.

A escolha da plataforma Google Acadêmico se fundamenta na abrangência e acessibilidade desse buscador, permitindo atingir múltiplas fontes de informação. Já o uso do Repositório Institucional da UnB se justifica porque, embora restrito às produções da própria universidade, corresponde à instituição de ensino à qual está vinculada esta pesquisadora.

A escolha das plataformas de pesquisa, embora justificada, apresenta limitações, pois, como se trata apenas de uma amostra, é possível que haja mais trabalhos que desenvolvem o tema da discriminação racial e das mudanças climáticas com a expressão “racismo climático”, mas não tenham aparecido nos resultados, por se encontrarem em outras plataformas não acessadas.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Após a inserção da expressão “racismo climático” nos buscadores, conforme a metodologia apresentada no item 3, foram obtidos 31 registros no Google Acadêmico e nenhum registro no Repositório Institucional da UnB.

Como apenas a pesquisa no Google Acadêmico gerou resultados positivos, os 31 registros foram colocados em uma tabela, com a identificação do título e autoria, data de publicação e quantidade de ocorrências da expressão “racismo climático” no texto.

Verificou-se que, dos 31 registros, apenas um era repetido. Retirando o documento duplicado, restaram 30 resultados. Destes, apenas dois traziam 10 ou mais menções ao termo “racismo climático”; um texto continha 7 menções; outro possuía 3 e três documentos tinham 2 menções. A maioria dos achados, no entanto, possuía apenas uma menção ao racismo climático, correspondendo a aproximadamente 77% do total.

Como aproximadamente 77% dos resultados obtidos no buscador Google Acadêmico citaram apenas uma vez a expressão “racismo climático” e o Repositório Institucional da UnB não apresentou nenhum resultado positivo, é



possível compreender que o termo ainda não é muito usado no Brasil e, quando utilizado, é empregado de forma isolada, apenas como uma menção.

Dos textos encontrados, o mais antigo possuía data de 2021, o que indica que o tema racismo climático ainda se apresenta novo sob o ponto de vista terminológico. A maior quantidade de textos foi encontrada nos anos de 2024 e 2025, o que pode representar uma tendência de aumento das pesquisas com esse tema.

Para entender melhor a dinâmica do uso do racismo climático nos trabalhos encontrados, sugere-se realizar uma pesquisa posterior para analisar os textos, com o fim de produzir um artigo mais detalhado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi investigar se as pesquisas nacionais têm adotado o termo “racismo climático” nas discussões sobre mudanças climáticas e discriminação étnico-racial. Como resultado, observou-se que as produções acadêmicas nacionais fazem uso limitado do termo “racismo climático”, o que evidencia a necessidade de novas análises sobre o tema.

Embora a relação entre a discriminação racial e o clima possa também ser discutida por meio da justiça climática, o uso da expressão “racismo ambiental” reforça a intencionalidade de destacar a discriminação étnico-racial como elemento importante para pensar sobre o modo como as mudanças do clima afetam os grupos tradicionalmente excluídos da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Mudança do Clima 2023. **Relatório síntese**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-omcti/sirene/publicacoes/relatorios->



doipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf.

Acesso em: 11 out.

25.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. Resultados do universo. 2023. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 11 out. 25.

LIMA, Letícia Maria Rêgo Teixeira. **Mulheres e (in)justiça climática no antropoceno**: uma abordagem interseccional. Rio de Janeiro: Lumem lures, 2021.

2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional, Espírito Santo, 2011.

WITTIG, M. The mark of gender. **Feminist Issues** 5, 3–12, jun. 1985.